



1 **Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 04/08/2023**

2 Ao quarto dia do mês de Agosto do ano de 2023 às 09:00, em formato híbrido,
3 presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar Ala B do Palácio das Araucárias
4 e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob
5 justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de
6 Direitos Humanos do Paraná – COPEDH/PR. Fizeram-se presentes os (as)
7 **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** —. **Conselheiros (as) Suplentes**
8 **Governamentais:** Aloísio Justino do Nascimento (SEDEF); Ana Munhoz de Oliveira
9 (OAB/PR); Jane Vasques (SEJU). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:**
10 Walter Tierling Neto (Grupo Dignidade); Elza Maria Campos (União Brasileira de
11 Mulheres); Daisy Carolina Tavares Ribeiro (Terra de Direitos); Antônia Vandecia de
12 Assis (CRESS); Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e
13 Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu); Thais Boamorte (Associação Flor
14 de Lis LGBT); Hamilton Serighelli (Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
15 de Foz do Iguaçu/CDHMP); Alisson Fernando Moreira Poças (Centro de Direitos
16 Humanos de Londrina); **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil**
17 **Organizada:** Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR); Juliana Chagas
18 da Silva Mittelbach (SINDIJOR); Sandra Dolores de Paula Lima (Associação Fênix);
19 Jussara Aparecida Ribeiro (APP Sindicato); Júlia Maria Morais (CUT),
20 **Convidados/Colaboradores:** Roselene Sonda (MPPR), Isabela (SEJU/CODIHC).
21 **Justificativa de Ausência:** Carolina, Rockmilys, Anderson e Rafael justificaram
22 suas ausências. **1. Abertura:** A princípio, Bruna saudou a todas e todos solicitou
23 que a Secretária Executiva, Isabela, realizasse a chamada nominal dos (as)
24 conselheiros (as). Após o preenchimento do quórum mínimo, Bruna, em sua
25 qualidade de Presidenta deste colegiado, deu início à Reunião Ordinária do



26 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná — COPEDH/PR. **2.**
27 **Aprovação da Pauta:** Antes da aprovação da pauta, Bruna colocou em votação as
28 justificativas de ausência encaminhadas pelos (as) conselheiros (as) Carolina,
29 Rockmillys, Waleiska, Anderson e Rafael — sem ressalvas, aprovadas por
30 unanimidade. A seguir, Bruna colocou em votação a inclusão de uma pauta advinda
31 da Comissão e a pauta encaminhada anteriormente — sem ressalvas, foram
32 aprovadas por unanimidade. **3. Aprovação das Atas das Reuniões Ordinária de**
33 **04 de julho de 2023 e Extraordinária de 13 de julho de 2023:** Bruna colocou
34 ambas as atas em aprovação do pleno — sem ressalvas, foram aprovadas por
35 unanimidade. 4. Informes da Secretaria-Executiva sobre Questão Administrativa:
36 Isabela informou que as deliberações, documentos e encaminhamentos seriam
37 enviados por *e-mail* e compartilhado no *Drive*. **5. Informes dos**
38 **Conselheiros(as/es):** Alisson informou que o Centro de Direitos Humanos de
39 Londrina estava em um processo de retomada a partir de várias temáticas e
40 segmentos, para isso, estão ocupando espaços para pautar debates transversais. A
41 partir do Coletivo Néias de Londrina, o Observatório de Violência Contra Mulheres
42 tem feito um trabalho brilhante desde 2021 em parceria com a Universidade
43 Estadual de Londrina, acompanhando cerca de 40 casos de violência contra mulher
44 na região e dando suporte aos órfãos de feminicídios. Por isso, estava sendo
45 articulada uma parceria do CDH com o Coletivo Néias para pautar o debate da
46 violência contra mulheres na sociedade, principalmente feminicídios. Ademais, há o
47 acompanhamento de um caso de racismo e intolerância religiosa a partir da parceria
48 com Coletivo de Lideranças, Adeptos e Praticantes das Culturas de Matriz Africana
49 (AUETO), inclusive, aconteceu algo totalmente desagradável na Conferência
50 Estadual de Saúde, um local, que em tese, deveria ser “seguro”. Enquanto CDH,



51 também participam da retomada dos Comitês PopRua em nível de Estado e
52 estavam pleiteando uma vaga no Conselho Municipal de Assistência Social de
53 Londrina. Além disso, estavam acompanhando um Projeto de Lei que tramita em
54 Londrina para a privatização de espaços públicos e responsabilizar as associações
55 dos moradores para manutenção dos espaços. Outra situação trazida por Alisson foi
56 com relação as eleições dos Conselheiros Tutelares dia 1 de Outubro e o COPEDH,
57 enquanto defensor de direitos humanos, tem a obrigação de acompanhar esse
58 processo de perto e dar visibilidade para a Política de Crianças e Adolescentes. Por
59 fim, Alisson registrou que o CDH também estava acompanhando de perto o tópico
60 das Escolas Cívico-militares e a Aprendizagem Profissional, pois em Londrina, essas
61 escolas implantaram uma 6ª Aula e muitas vezes as crianças/adolescentes tem que
62 optar entre almoçar na escola ou ir para a Aprendizagem Profissional, uma espécie
63 de boicote ao programa. A seguir, Moser informou que no dia 16 de Agosto
64 acontecerá um evento no Palácio Iguazu com a presença do Ministro dos Direitos
65 Humanos, Sílvio Almeida, onde acontecerão alguns atos de importância muito
66 significativa, um deles, uma parceria que será consolidada com a Organização
67 Internacional das Migrações para a construção de uma Cartilha de Fluxo de
68 Atendimento de Vítimas de Tráfico de Pessoas. Além disso, haverá a assinatura de
69 um Termo de Cooperação Técnica entre MP, TJ, Governo do Estado e a Sociedade
70 Civil que prevê o enfrentamento do desaparecimento de pessoas. O terceiro Termo
71 de Cooperação Técnica que será assinado é referente a determinação de diretrizes
72 para a formulação e execução do Plano Estadual de Educação em Direitos
73 Humanos. Ademais, será lançado um programa chamado 'Migra Paraná' com o
74 objetivo de ofertar serviços de formação da Secretaria pelo Estado do Paraná. Em
75 seguida, Vanda ressaltou que o Processo de Eleição dos Conselheiros Tutelares



76 não é divulgado amplamente e a população não tem acesso às informações, agora,
77 há 2 meses da votação, o COMTIBA ainda não divulgou os endereços para votar e
78 lembrou que na eleição passada, o próprio COMTIBA divulgou uma lista de locais
79 de votação e depois a mudou, uma ação muito prejudicial para quem estava
80 divulgando as informações. Roselene perguntou o porquê do Estado não ter
81 passado o Decreto do Observatório de Direitos Humanos pelo COPEDH/PR e
82 também o programa 'Migra Paraná' para coletar observações/sugestões. Ana
83 informou que há uma Comissão específica que estava acompanhando as eleições
84 de Conselheiros Tutelares para analisar a lisura do processo e foi realizada uma
85 Campanha de Divulgação, mas sem tantas adesões pela falta de interesse. Por isso,
86 Ana sugeriu que seja averiguada a possibilidade de acompanhamento da lisura do
87 processo eleitoral dos Conselheiros Tutelares pelo COPEDH/PR — através de
88 conselheiras (os) que tenham afinidade com a pauta. Hamilton informou que durante
89 a manhã foi realizada a reunião informal da Comissão Fundiária e de Moradia. Elza
90 sugeriu que nas próximas reuniões os 'Informes' fossem ao fim da reunião, para que
91 assim, as pautas fossem debatidas de forma mais uniforme. Elza indicou que estava
92 emergente no momento a decisão do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, que
93 proibiu remoções forçadas contra PSR e determinou que o Governo Federal elabore
94 em até 120 dias um Plano de Ação para monitorar a implementação da Política
95 Nacional — que deve ser monitorada pelo COPEDH/PR. Outro ponto trazido por
96 Elza foi relacionado aos alarmantes números de feminicídios, violência contra
97 mulher e abuso sexual contra crianças e adolescentes, por isso, sugeriu que o
98 COPEDH/PR articulasse ações com o Conselho da Mulher e o CEDCA. Em seguida,
99 Moser respondeu que o Observatório de Direitos Humanos em um primeiro
100 momento será um local de captações e nessa ampliação, a UFPR ficará responsável



101 por fazer o levantamento sociodemográfico das migrações no Estado do Paraná. Em
102 relação às moradias, Moser informou que o Governo Federal formulará o programa
103 Minha Casa Minha Vida para aproximá-lo das populações mais vulneráveis e agora,
104 dia 11 o Ministério de Direitos Humanos lançará o Programa Moradia Primeiro, que
105 também tem como objetivo ofertar moradias para populações mais vulneráveis. **8.**
106 **Adesão ao mecanismo de combate e prevenção à tortura:** Daisy destacou que é
107 importante o COPEDH/PR acompanhar de maneira próxima como estava o
108 andamento do protocolo e seus respectivos trâmites. A seguir, Moser indicou que há
109 o Projeto de Lei 74/2022 que foi encaminhado pelo Poder Executivo para a
110 Assembleia Legislativa e tem como objetivo central a prevenção e o combate à
111 tortura no Estado do Paraná, inclusive, estabelecendo a contratação de peritos
112 especializados. Então, o PL foi alterado de sua forma inicial e a Assessoria do Dep.
113 Lemos entendeu ser melhor transformar em uma emenda modificatória do projeto,
114 que foi feita e teve a contribuição do MDH. Agora, é aguardado que a SEFA se
115 manifeste em relação aos recursos para pagamento dos peritos — os valores foram
116 elencados a partir de uma pesquisa. Após a liberação dos recursos, haverá uma
117 discussão em aberto sobre todo o texto da lei na Comissão de Direitos Humanos da
118 ALEP para que os (as) deputados (as) apresentem suas emendas. Bruna sugeriu
119 que o Comitê de Combate a tortura seja reativado para que juntamente ao
120 COPEDH/PR possam fazer a defesa e possíveis alterações e que o processo seja
121 sabatinado da mesma forma que é feito pela Ouvidoria Externa da Ouvidoria
122 Pública. Além disso, dentro do processo de quantidade de Sociedade
123 Civil/Governamental, que o COPEDH/PR possa ter uma cadeira cativa de indicação,
124 assim como o PROVITA e PPCAAM, que vieram do Ministério de Direitos Humanos
125 e fornecem uma cadeira cativa ao Conselho. Moser ressaltou que o Projeto de Lei



126 foi recebido da gestão anterior e agora foi feita uma Emenda Substitutiva, pois como
127 não há um Plano Estadual de Direitos Humanos, solicitaram ao MDH que fizesse
128 uma análise profunda do texto e sugerissem alterações que julgavam necessárias,
129 agora, após o cumprimento das formalidades financeiras, o Projeto de Lei irá para a
130 Comissão de Direitos Humanos da ALEP e lá será aberto o espaço para discussões
131 e alterações que julguem necessárias ao Projeto de Lei. Waleiska perguntou se a
132 Emenda Substitutiva foi feita pelo Executivo e qual era exatamente o andamento da
133 tramitação do projeto, previsão de conclusão e quando o Conselho teria acesso. Por
134 fim, Waleiska perguntou se a contratação de peritos já estava prevista no Projeto de
135 Lei ou ainda teria que ser incluída. Moser reiterou suas falas anteriores que é um
136 Projeto de Lei que irá para a Comissão de Direitos Humanos da ALEP em um novo
137 espectro de participação para todos (as) levarem suas contribuições, no momento,
138 há apenas um item para ser resolvido — previsto para ser sanado na semana que
139 vem — e assim, liberar o PL para a Comissão de Direitos Humanos. Logo após,
140 Waleiska destacou ser muito grave de que toda a discussão passe sem a
141 contribuição do COPEDH/PR e que o mesmo não receba quaisquer informações
142 sobre o projeto, sendo essa reunião, a primeira em que alguém informa o
143 andamento. Portanto, Waleiska solicitou que fosse pleiteado que a Comissão de
144 Privação de Liberdade assumia a responsabilidade de fazer a “ponte” entre a
145 plenária e o Projeto de Lei na ALEP. Bruna ressaltou que de agora em diante, a
146 SEJU deve compreender o papel do COPEDH/PR, pois se não há um Plano
147 Estadual de Direitos Humanos não é falha do Conselho, mas falhas de estrutura.
148 Além disso, ao analisar qual política a SEJU tem construída, é identificado apenas o
149 Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e agora, a possibilidade de
150 ter o programa de Combate à Tortura. Walter pontuou que não estava claro em que



151 momento o COPEDH/PR seria chamado para contribuir ao Projeto de Lei e por isso,
152 sugeriu o encaminhamento de um ofício para o local em que o Projeto de Lei está no
153 Executivo para que possam apresentá-lo. Moser ressaltou que o processo estava
154 em andamento há muito tempo e a Secretaria tomou a atitude de ajustá-lo e que o
155 Poder Legislativo é independente, sendo possível negociar todas as alterações
156 necessárias assim que o PL seja encaminhado à ALEP. Porém, como os (as)
157 conselheiros (as) querem ler o que o Executivo fez, Moser indicou que tentaria
158 dialogar com o Deputado Lemos para que, antes de ir novamente à ALEP, seja
159 possível apresentar o Projeto de Lei ao COPEDH/PR. Bruna sugeriu como
160 encaminhamento que todos (as) os (as) conselheiros (as) possam ter acesso aos
161 protocolos antigos para que sejam dados seus devidos encaminhamentos, pois há
162 diversos protocolos parados que as outras gestões tentaram, mas não conseguiram
163 tocar. Em conclusão, Bruna registrou que o encaminhamento seria encaminhar um
164 ofício à Coordenadora da Comissão de Privação de Liberdade solicitando nomes
165 para fazer o acompanhamento de todo processo e que elaborem um relato a ser
166 apresentado em plenária. **7. Violência Policial e o uso de câmeras por parte das**
167 **forças policiais — Protocolo: 18.684.459-9:** Bruna informou que a última resposta
168 que o Conselho obteve do protocolo foi de que tinha sido aberta uma licitação para a
169 aquisição de 5 mil câmeras e até o momento não havia mais informações. Alisson
170 informou que 50% dos homicídios nos últimos 5 anos em Londrina foram praticados
171 por Agentes Públicos, uma realidade semelhante a Curitiba e outras cidades do
172 Paraná e do Brasil. Em Londrina foi constituído um grupo chamado 'Justiça por
173 Almas' antes da pandemia, que reuniu várias pessoas, entre eles representantes do
174 CDH, Jornalistas e pessoas ligadas ao Direito. O grupo produziu um dossiê sobre
175 essas mortes provocadas por Agentes Públicos e Agosto acontecerá uma Audiência



176 Pública para tratar sobre a questão da Violência Policial, tanto em Londrina, quanto
177 em Curitiba. Deste modo, Alisson indicou que trouxe a pauta pela necessidade de
178 pautar a sociedade paranaense para que de fato compreendam o tamanho dessa
179 violências e para que hajam atitudes mais incisivas em relação a punição dos
180 responsáveis por praticar essas violações, que ocorrem, principalmente, nas
181 periferias das grandes cidades. Bruna solicitou que, quando forem solicitadas pautas
182 relacionadas a essas questões, sejam encaminhadas para a Comissão e esta faça
183 uma busca com a Secretaria Executiva se houve algum protocolo tramitado ou com
184 termos semelhantes para que possam ser identificadas memórias, pois muitos
185 temas que foram discutidos vão se tornar pontos evidentes e conflitar no futuro.
186 Como encaminhamento, Alisson solicitou que o COPEDH/PR integre o 1º Encontro
187 de Enfrentamento à Violência Policial e unifique essa pauta, tanto com a demanda
188 de Curitiba, quanto as demais demandas do Estado do Paraná. **9. Informes Gerais:**
189 Sem informes gerais. **10. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a
190 presença de todos (as) e em sua qualidade de Presidenta deste colegiado, deu por
191 encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do
192 Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por
193 Isabela Cardoso Cieniuch.